

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA, TRABALHO E TRANSFERÊNCIAS DE RENDA NAS REGIÕES SUL E NORTE DO BRASIL

Heitor Maziero dos Santos¹

Solange de Cássia Inforzato de Souza²

Carlos Roberto Ferreira³

RESUMO: O objetivo deste estudo é analisar o impacto das políticas sociais e de trabalho na distribuição de renda nas regiões Sul e Norte do Brasil, com base nos dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), nas décadas de 1990 e 2000. Esta análise foi realizada através da metodologia de decomposição do índice de Gini, pela qual separa-se a influência das diferentes fontes de renda sobre a desigualdade. Mostra-se que a despeito da redução da participação do rendimento do trabalho na renda domiciliar, essa parcela da renda colaborou para a queda da desigualdade de renda no Brasil e nas regiões analisadas durante o período, beneficiada pela revitalização recente do mercado de trabalho. As outras rendas mantêm pequena participação na renda dos domicílios, mas diferenciam-se pelos programas sociais recentes, resultando na redução da concentração de renda nos anos 2000. As rendas das aposentadorias e pensões aumentaram a sua participação na renda domiciliar nos espaços geográficos analisados e reduziram a desigualdade de renda no sul do país (e Paraná); no norte esse efeito é adverso após 2005 e no Brasil desde 1998.

PALAVRAS-CHAVE: Concentração de Renda. Regiões Sul e Norte. Programas de Transferência de Renda. Trabalho.

DISTRIBUTION OF INCOME, LABOR MARKET AND SOCIAL POLICIES IN REGIONS SOUTH AND NORTH OF BRAZIL

ABSTRACT: The objective of this study is to analyze the impact of social policies and labor in income distribution in regions South and North of Brazil, based on data extracted from PNAD (National Research by Household Sample), in the decades of 1990 and 2000. This analysis was conducted using the methodology of decomposition of the Gini index, which separate the impacts of the various income sources on inequality. Shows that despite the reduction of participation of labor income in household income, this portion contributed to the decline in

¹ Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Londrina (heitor_maziero@hotmail.com).

² Professora Associada da Universidade Estadual de Londrina (solangeccassia@uol.com.br).

³ Professor Adjunto da Universidade Estadual de Londrina (robert@uel.br).

⁴ Aqueles que ganham renda *per capita* inferior a R\$ 67,07, por mês, em setembro de 2009 e para os anos anteriores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

income inequality in Brazil and in regions analyzed during the period, benefited by the recent revitalization of the labor market. The other income keeps small participation in household income, but differ by recent social programs, resulting in reduction of income concentration in the 2000s. The retirements and pensions increased their participation in household income in the geographical areas analyzed and reduced income inequality in the South of the country (and Paraná), in the North the effect is adverse after 2005 and in Brazil since 1998.

KEY WORDS: Concentration of income. Regions South and North. Income Transfer Programs. Labor.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade de renda brasileira esteve em movimento de queda durante a década de 2000, a despeito do elevado grau de concentração que persiste no país, o que o torna uma das nações mais desiguais do mundo.

Na literatura especializada, há dois grupos de explicações sobre a queda recente da desigualdade na primeira década do século XXI. No primeiro, a desigualdade caiu devido à política social do Estado, especificamente aos programas de transferência de renda. No segundo, foi o mercado de trabalho o responsável por tal queda (BARROS *et al.*, 2007; SOARES *et al.*, 2010; HOFFMANN, 2006;).

O Brasil conta com a Previdência social e vários programas de transferência de renda para as camadas mais pobres da população. O mais importante deles no âmbito das transferências condicionadas, em cobertura e focalização, é o Bolsa Família - que unificou outros cinco programas, cuja expansão foi evidente no período de 2003 a 2009.

Pelo segundo conjunto de explicações, são as mudanças no mercado de trabalho que causaram a queda recente da desigualdade. Há a possibilidade de que aumentos no salário mínimo redistribuam renda diretamente via mercado de trabalho. Outras explicações para a queda da desigualdade estão relacionadas com as mudanças na demanda e na oferta de trabalho.

Sob o ponto de vista regional, a Região Sul é a segunda maior do

país em termos de participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), representando 16,5% em 2009, ficando atrás apenas da região Sudeste, que representava 55,3% no mesmo ano (IBGE, 2011). Embora seja considerada desenvolvida em relação às outras regiões brasileiras, alguns trabalhos têm como tema investigar as possíveis desigualdades existentes no sul do Brasil (TAVARES e JUNIOR, 2010; SHIKIDA, 2009; MARQUES, 2009; TAVARES e JUNIOR, 2011; TREVISAN e LIMA, 2010).

Outro espaço geográfico, o Norte do país, é a região com a menor participação percentual no PIB, com 5,0% em 2009, e os indicadores de trabalho e renda mostram a inferioridade da região Norte comparado ao Brasil. Porém, o coeficiente de Gini aponta um melhor nível da desigualdade de renda entre os nortistas.

O objetivo principal deste trabalho é analisar os efeitos das transferências sociais e do mercado de trabalho na distribuição de renda nas regiões sul e norte do Brasil, com base nos dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 1990 a 2009.

Para isto, na primeira seção, revisa-se a literatura sobre distribuição de renda e as explicações para o seu comportamento recente. Na segunda seção apresenta-se a metodologia de decomposição do Índice de Gini para, a seguir, analisar os resultados da pesquisa para as macrorregiões norte e sul.

2. EVOLUÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO BRASIL E SEUS DETERMINANTES

A distribuição de renda no Brasil sempre foi motivo de debate, uma vez que o elevado grau de desigualdade persiste no país, o que o torna uma das nações mais desiguais do mundo (BARROS *et al.*, 2006). Nos últimos 50 anos, seu padrão de crescimento consistia em elevação ou estagnação da renda *per capita* sempre acompanhado do aumento da disparidade. Porém, a última década apresentou uma ruptura a esse padrão, através da redução da desigualdade seguida pela elevação da renda *per capita* (IPEA, 2011).

A tabela 1 apresenta a taxa média anual de crescimento do PIB real e a variação percentual de dois indicadores socioeconômicos para o Brasil nas duas últimas décadas. O período de 2005-2009 evidencia o novo padrão de crescimento do país, composto pelo aumento da renda *per capita* e pela queda da desigualdade, medida pelo índice de Gini. A renda domiciliar *per capita* cresceu 20,85%, enquanto que a desigualdade caiu 4,69%, no período mencionado. Diferentemente, no fim da década de 1990 e início dos anos 2000, tanto a renda domiciliar *per capita* quanto a concentração de renda, diminuíram.

Tabela 1 – Taxa média de crescimento do PIB real, e Variação percentual da Renda média domiciliar *per capita*¹ e do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – Brasil – 1995-2009

Indicadores	1995-1999	2001-2004	2005-2009
PIB (%)	2,05	2,71	3,61
Renda domiciliar <i>per capita</i> (%)	-2,83	-3,58	20,85
Índice de Gini (%)	-1,09	-3,98	-4,69

Fonte: Elaboração própria a partir da base de dados do Ipeadata (2012).

¹Valores reais aos preços vigentes de 2009 e atualizados conforme o deflator para rendimentos da Pnad.

Entretanto, esse novo padrão de crescimento não permitiu que o país atingisse em 2009 o mesmo nível de desigualdade dos anos 60, que foi o nível mais baixo apontado na série histórica do índice de desigualdade. O índice de Gini na década de 60 foi de 0,497, menor que o índice de 2009, que registrou 0,539 pontos. Além disso, o Brasil ainda está longe dos países ricos com baixa desigualdade, pois estes apresentam o índice de Gini próximo a 0,300 (NERI, 2011).

Segundo Barros, Mendonça e Duarte (1997), durante as décadas de 1960, 1970 e 1980, houve uma elevação acentuada no grau de desigualdade. A fração da renda apoderada pelos 20% mais ricos aumentou 11 pontos percentuais (p.p.), já a fração da renda apoderada pelos 50% mais pobres declinou 6 p.p., conforme demonstra a tabela 2. A década de 60 registrou o pior desempenho devido a crescente demanda de trabalhadores qualificados, que aumentou os salários nas faixas superiores

da renda. Outra explicação foi a política salarial recessiva do governo, que reduziu o salário mínimo em 20%, entre 1963 e 1967 (FOX, 1984).

Tabela 2 - Mudança na porção da renda apropriada pela população – Brasil – 1960-1990

Fração da Renda	1960 (a)	1970 (b)	1980 (c)	1990 (d)	b-a	c-b	d-c
20% mais ricos	54%	62%	63%	65%	8%	1%	2%
50% mais pobres	18%	15%	14%	12%	-3%	-1%	-2%

Fonte: Elaboração própria a partir de Barros, Mendonça e Duarte (1997).

Durante os anos 90, tanto a renda *per capita*, quanto a desigualdade de renda permaneceram praticamente estagnadas. Segundo IPEA (2011), o Índice de Gini em 1992 era de 0,580 e passou para 0,594 em 2001. Além disso, entre os anos de 1981 e 2003, a situação geral do trabalho piorou 14% e a participação do rendimento do trabalho na renda nacional reduziu-se em 23%. Portanto, o processo de abertura econômica no início da década, no primeiro momento, debilitou o mercado de trabalho, uma vez que ampliou a taxa de desemprego, os empregos informais e os de conta própria, impossibilitando uma melhora na desigualdade (CACCIAMALI, 2000).

A partir de 2003, pode-se observar um cenário inédito na economia brasileira: a elevação da renda *per capita* de todos os décimos da distribuição, acompanhada de um declínio na desigualdade de renda. Entre 2004 e 2010, a renda *per capita* média anual expandiu 3,3%; o grau de desigualdade declinou-se em 10,7% e a participação do rendimento do trabalho na renda nacional aumentou 14,8% (IPEA, 2011). Conforme Ferreira e Souza (2011), o índice de Gini passou de 0,594 em 2001 para 0,539 em 2009.

Na literatura especializada, há dois grupos de explicações sobre a queda recente da desigualdade. No primeiro, a desigualdade caiu devido à política social do Estado, especificamente aos programas de transferência de renda (BARROS *et al.*, 2007; SOARES *et al.*, 2010; SOARES, *et al.*, 2006).

No segundo, foi o mercado de trabalho o responsável por tal queda (BARROS *et al.*, 2006; HOFFMANN, 2006; SOARES, 2006).

O Brasil conta com vários programas de transferência de renda para as camadas mais pobres da população. Os programas sociais indexados ao salário mínimo, como: as aposentadorias rurais, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o piso do Regime Geral da Previdência Social, tiveram um impacto importante na redução da desigualdade devido ao crescimento, quase contínuo, do salário mínimo desde 1994. Há, também, os programas sociais não indexados ao salário mínimo. O mais importante deles, se tratando de cobertura e focalização, é o Bolsa Família, cuja expansão foi evidente no período (SOARES, 2006).

O Programa Bolsa Família foi implantado pelo Governo Federal no ano de 2003, para reduzir a desigualdade de renda, garantindo o direito das famílias mais pobres à alimentação, educação e a uma vida digna. O benefício é concedido para auxiliar as famílias que não possuem condições suficientes de se manterem com seus rendimentos. É um programa de transferência de renda, que unificou os seguintes programas: Programa Bolsa Escola, Programa Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão Alimentação) e Erradicação do Trabalho Infantil (Peti).

O ponto de partida do sistema previdenciário brasileiro é a Lei Eloy Chaves (Decreto-Lei nº 4.682, de 24 de janeiro de 1923), mas foi com a Constituição Federal de 1988 que a previdência tornou-se direito social (origem da Seguridade Social). Além disso, a partir de 1992, regulamentou-se o valor do salário mínimo como piso para pagamento de benefícios, reduziu-se o limite de idade para as aposentadorias rurais e estabeleceu-se equiparação entre a previdência rural e previdência urbana. Portanto, a presença dessa fonte de renda tornou melhores as condições de vida para inúmeras famílias, diminuindo a pobreza do Brasil, principalmente pelo fato de beneficiar os trabalhadores rurais. (FAVONI e SOUZA, 2004). Entretanto, segundo Giambiagi e Esterminio (2006), o sistema previdenciário brasileiro é desequilibrado, pois o valor das receitas com contribuições é menor que os benefícios concedidos. Com isso, o progressivo envelhecimento da população nas próximas décadas pode criar um risco potencial de instabilidade macroeconômica.

Além disso, conforme Bessa e Ferreira (2012), há um debate sobre a existência de uma diferença distributiva dos direitos previdenciários, que fornecem maiores benefícios a uma minoria que possui maiores níveis de renda. Enquanto na macrorregião Sul e no Paraná, o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) tinha um teto de R\$ 3.467,40, em 2010, e uma média de R\$ 744,38, em 2009, no valor dos seus benefícios, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) tinha um teto de R\$ 26.723,13 (em 2010) e uma média (em 2009) no valor dos seus benefícios de R\$ 3.511,00.

Outro programa indexado ao salário mínimo é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC é concedido às pessoas que não contribuíram para a Previdência Social, que não são trabalhadores rurais, que fazem parte de família de baixa renda (renda média mensal familiar inferior a 25% do salário mínimo vigente) e que possuem 65 anos ou mais. Além disso, O BPC também é concedido à pessoa portadora de deficiência, quando essa lhe impede de ter vida independente e trabalhar (MARQUES e MENDES, 2008).

Pelo segundo conjunto de explicações, existe também a possibilidade de que aumentos no salário mínimo redistribuam renda diretamente via mercado de trabalho, principalmente no mercado informal, na qual a presença do salário mínimo é forte. Outras explicações para a queda da desigualdade estão relacionadas com as mudanças na demanda e na oferta de trabalho. No primeiro, os empregadores passam a admitir mais trabalhadores com contratos formais e com pouca qualificação. Assim, a maior igualdade na distribuição de rendimentos do trabalho, proporciona uma melhor distribuição de renda. Já pelas transformações da oferta de trabalho, a oferta de mão-de-obra qualificada está aumentando, reduzindo seu preço. Isso possibilita menores salários para trabalhadores mais qualificados e maiores salários para indivíduos menos qualificados, reduzindo a desigualdade de renda (SOARES, 2006).

2.1. A Economia Produtiva e a Desigualdade de Renda na Região Sul e Norte do Brasil

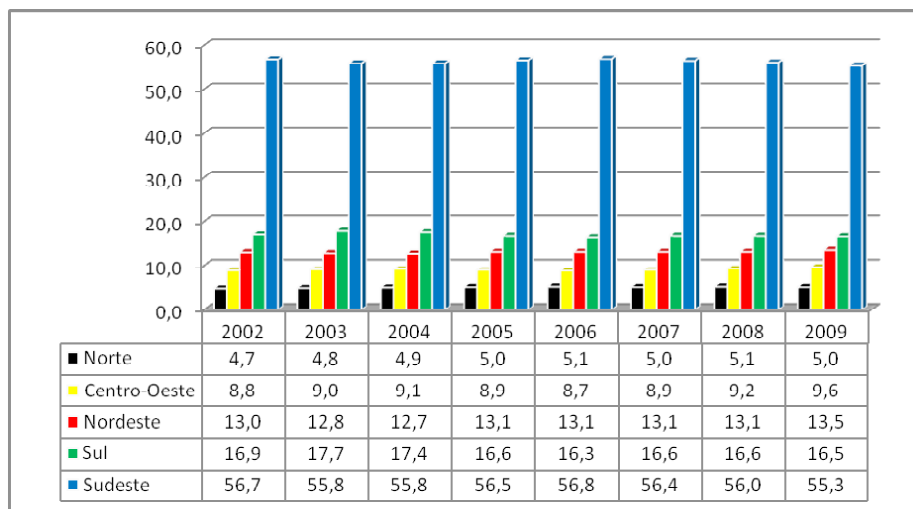
Antes da década de 1960, o crescimento e desenvolvimento industrial da região Sul dependia, basicamente, do setor agropecuário, devido ao fato do desenvolvimento econômico ser concentrado em alguns estados, o que gerou uma grande concentração da renda e da produção. De acordo com Silva e Monte (2011), no início dos anos 1970, 56% da produção nacional eram realizados pelos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. No caso do Paraná, por exemplo, a cultura do mate, a intensa exploração da madeira e a agricultura cafeeira explicaram o desenvolvimento industrial do período entre 1920 e 1970.

No início dos anos 1970, o processo de desconcentração industrial e mudança espacial na dinâmica do emprego na economia brasileira permitiram que esse quadro se revertisse, mesmo que de forma gradual (SILVA e MONTE, 2011). Segundo Lima, Rippel e Stamm (2007), o Estado do Paraná tirou proveito desse processo de desconcentração industrial, devido à proximidade geográfica com o Estado de São Paulo, e passou por um intenso processo de reestruturação produtiva e de urbanização.

Nos anos 1990, a estrutura produtiva do Estado do Paraná passou por importantes transformações. De uma economia baseada na agropecuária, produtora de bens de consumo não durável, para uma estrutura industrial mais diversificada, com um avanço da participação da indústria de transformação na economia paranaense (CUNHA e VASCONCELOS, 2011).

Após 1970, o crescimento da macrorregião Norte deveu-se fundamentalmente a implantação da Zona Franca de Manaus. Na Região Norte, nas décadas de 70 a 90, o setor primário apresentou uma contribuição estável ao crescimento do produto regional, o setor industrial diminuiu sua colaboração, passando a afetar negativamente o crescimento do PIB regional, e o setor terciário foi o mais importante, com uma contribuição acentuadamente forte, seguindo uma tendência de aumento iniciada no final da década de 70 e impulsionada no início dos anos 90 (AZZONI, 1997).

Gráfico 1 - Participação percentual das macrorregiões no Produto Interno Bruto - 2002-2009



Fonte: Contas Nacionais, IBGE (2011).

Do ponto de vista macrorregional, a Região Sul é a segunda maior do país em termos de participação percentual no Produto Interno Bruto (PIB), representando 16,5% em 2009, atrás apenas da região Sudeste, que representava 55,3% no mesmo ano. No período de 2002 a 2009, o Sul e o Sudeste perderam participação no PIB, sendo que o primeiro registrou uma queda de 0,4 pontos percentuais (p.p.) e o segundo de 1,4 p.p., o que indica uma redistribuição da produção e da renda nas macrorregiões. O gráfico 1 ilustra a participação percentual das Macrorregiões no PIB, no período de 2002 a 2009 (IBGE, 2011).

O Norte possui a menor participação percentual no PIB entre as grandes regiões, com 5% e cresceu apenas 0,3 p.p. entre 2002 e 2009, devido ao fraco desempenho dos seus dois principais estados: Amazonas (indústrias de transformação) e Pará (extração de minério de ferro). Apesar disso, o volume do PIB da macrorregião estudada cresceu acima da média nacional (50,9%), registrando 53,3%, no período de 2005 a 2009 (Relatórios do IPEA, 2012).

Embora a Região Sul do país seja considerada desenvolvida em

relação às outras regiões brasileiras, diversos trabalhos têm como tema investigar as possíveis desigualdades existentes no sul do Brasil (TAVARES e JUNIOR, 2010; SHIKIDA, 2009; MARQUES, 2009; TAVARES e JUNIOR, 2011; TREVISAN e LIMA, 2010).

A Região Sul do país e, particularmente, o Estado do Paraná, assim como a macrorregião Norte, seguem a tendência do Brasil de declínio da desigualdade na última década. Entre os anos de 2004 e 2009, a maior queda do Índice de Gini ocorreu no Paraná (-9,2%), seguida pela Região Sul (-6,0%), Brasil (-5,3%) e Norte do país (-3,3%). Observa-se, também, que para o último ano do período pesquisado, o índice para a Região Sul é menor que para as outras regiões analisadas, enquanto que o Paraná apresenta um índice menor que o Norte e o Brasil e maior que a Região Sul, ou seja, o Paraná é mais desigual que os Estados do Sul. Já o Norte, exibe um menor índice que a média do país e maior que o Sul e o Paraná. Assim, o índice para o Brasil é o pior em comparação com as outras regiões estudadas.

As tabelas 3 e 4 exibem os principais índices de pobreza, desigualdade, trabalho e renda para o Brasil, as Regiões Norte e Sul, e o Paraná, entre os anos de 2001 a 2009. O Paraná apresentou um aumento de 33% na renda domiciliar *per capita*, registrando um crescimento maior que a média nacional (23,5%) e que a região Sul (30,4%). Além disso, as desigualdades de renda média diminuíram, pelo fato de que a renda domiciliar *per capita* da zona rural teve um aumento de 44,4%, superior ao registrado na urbana (29,5%), passando de R\$ 303,41 em 2001 para R\$ 438,06 em 2009 (IPEA, 2012). Portanto, o Paraná mostrou bom desempenho, mantendo sua população em patamares superiores aos nacionais e próximos aos da região Sul como um todo.

Na Região Norte, a renda média domiciliar *per capita* aumentou 29,7%, no período de 2004 a 2009 (não é possível comparar os anos de 2001, 2002 e 2003, pois os dados são referentes apenas a zona Urbana), apontando um maior crescimento que o país (28,1%), a Região Sul (26,2%) e o Estado do Paraná (22%), o que elevou o poder aquisitivo da população nortista. Porém, o nível de renda nacional (R\$ 631,71) ainda é muito maior que a média regional (R\$ 439,30).

Tabela 3 – Indicadores de pobreza, desigualdade, trabalho e renda para Brasil, Regiões Norte e Sul, e Estado do Paraná – 2001-2005

Indicador	UF	2001	2002	2003	2004	2005
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	Brasil	511,45	511,93	481,86	493,01	522,76
	Norte	381,45 ¹	376,95 ¹	339,15 ¹	338,59	351,94
	Sul	597,16	591,03	588,25	617,21	636,58
	Paraná	553,04	559,13	546,51	602,92	609,89
Taxa de desemprego (%)	Brasil	9,2	9,0	9,6	8,8	9,1
	Norte	9,8 ¹	9,9 ¹	10,7 ¹	7,1	7,9
	Sul	6,4	6,2	6,6	5,6	5,9
	Paraná	7,5	6,7	6,9	5,9	6,4
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Brasil	1 039,40	1 009,00	937,10	932,50	971,80
	Norte	899,26 ¹	866,08 ¹	765,70 ¹	772,71	784,8
	Sul	1 091,20	1 067,80	1 039,20	1 055,80	1 092,50
	Paraná	1 086,90	1 039,80	1 015,60	1 074,50	1 088,00
Extrema pobreza (%) (RDPC abaixo de R\$67,07)	Brasil	10,54	9,48	10,87	8,86	7,51
	Norte	10,33 ¹	10,55 ¹	11,62 ¹	11,17	8,72
	Sul	5,22	4,13	4,62	3,70	3,21
	Paraná	7,07	4,73	5,17	4,20	3,68
Índice de Gini	Brasil	0,5944	0,5879	0,5815	0,5704	0,5675
	Norte	0,5647 ¹	0,5650 ¹	0,5428 ¹	0,5404	0,5305
	Sul	0,5457	0,5272	0,5286	0,5192	0,5129
	Paraná	0,5636	0,5365	0,5439	0,5437	0,5353

Fonte: Relatórios do IPEA (2012).

¹Referente apenas a zona Urbana da região.

Tabela 4 – Indicadores de pobreza, desigualdade, trabalho e renda para Brasil, Regiões Norte e Sul, e Estado do Paraná – 2006-2009

Indicador	UF	2006	2007	2008	2009
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	Brasil	571,69	587,22	614,99	631,71
	Norte	381,06	397,90	419,57	439,30
	Sul	687,82	726,35	750,90	778,66
	Paraná	647,22	727,08	719,88	735,33
Taxa de desemprego (%)	Brasil	8,3	8,0	7,0	8,2
	Norte	7,1	7,7	6,4	8,5
	Sul	5,8	5,6	4,7	5,8
	Paraná	6,3	5,3	4,5	6,0
Rendimento médio do trabalho (R\$)	Brasil	1 041,90	1 075,10	1 090,50	1 116,40
	Norte	839,33	888,29	888,52	931,04
	Sul	1 156,20	1 199,90	1 222,30	1 261,30
	Paraná	1 132,10	1 227,00	1 216,70	1 239,50
Extrema pobreza (%) (RDPC abaixo de R\$ 67,07)	Brasil	6,33	6,18	5,13	5,16
	Norte	7,19	8,17	5,88	6,55
	Sul	2,55	2,45	1,98	2,05
	Paraná	2,60	2,48	2,29	2,31
Índice de Gini	Brasil	0,5608	0,5540	0,5441	0,5401
	Norte	0,5216	0,5337	0,5095	0,5226
	Sul	0,5038	0,5024	0,4917	0,4879
	Paraná	0,5158	0,5234	0,4965	0,4938

Fonte: Relatórios do IPEA (2012).

Sob o ponto de vista da pobreza extrema⁴, o Paraná apresenta um nível menor que o Brasil e maior que a região Sul, estando em queda. Assim, o Paraná é o estado com um maior nível de pobreza da região, corroborando o fato de ser o estado mais concentrado. Conforme as tabelas 3 e 4, 7,07% da população residente no Paraná viviam em situação de pobreza extrema em 2001, passando para 2,31% em 2009. Para a região Sul, a pobreza extrema passou de 5,22% para 2,05% em 2001 e 2009, respectivamente. No período estudado, os índices nacionais caíram de 10,54% para 5,16%.

A macrorregião Norte também apresentou um declínio na extrema pobreza entre os anos de 2004 e 2009, registrando a maior queda em comparação com as regiões analisadas, no valor de 4,6 p.p.. Enquanto o Brasil, o Sul e o Paraná observaram uma diminuição de 3,7 p.p., 1,7 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente. Entretanto, em 2009, 6,55% da população nortista ainda vivem em condições subumanas, o maior nível entre as regiões pesquisadas.

Levando em consideração o mercado de trabalho, a taxa de desemprego no Paraná era de 7,5% em 2001 e caiu para 6,0% em 2009, sendo superior a média regional e inferior a nacional. Isto é, o Estado paranaense apresenta um maior número de pessoas desempregadas que sua região. No Sul, essas taxas são de 6,4% e 5,8% em 2001 e 2009, respectivamente. Para o Brasil, as taxas reduziram de 9,2%, em 2001 para 8,2%, em 2009. Na região nortista, a taxa de desemprego é superior à média nacional e, conseqüentemente, maior que as áreas do Sul. Diferentemente do padrão brasileiro, o Norte apresentou uma elevação do número de desempregados no período de 2004 a 2009, de 1,4 p.p. (o país registrou uma queda de 0,6 p.p. nesse período).

Pelo indicador: rendimento médio do trabalho, a população nortista também está em piores condições que a média do restante do país, registrou o valor de R\$ 931,04 em 2009, seguido pelo Brasil (R\$ 1.116,40), Paraná (R\$ 1.239,50) e Sul (R\$ 1.261,30). Contudo, a região Norte apresentou a maior variação percentual nesse indicador entre os anos de 2004 a 2009, de 20,5%, enquanto o Brasil, o Sul e o Paraná exibiram um aumento de 19,7%, 19,5% e 15,4% respectivamente, segundo os dados das tabelas 3 e 4.

Portanto, pode-se notar que no geral, a população nortista vive em piores condições que a média da população brasileira, especialmente da população sulista. Os indicadores de trabalho e renda mostram a inferioridade da região Norte e a superioridade da região Sul comparado ao Brasil, em relação à remuneração. No entanto, o coeficiente de Gini aponta um menor nível de desigualdade de renda nas macrorregiões Norte e Sul (incluindo o Estado do Paraná) que a média nacional, o que demonstra um melhor nivelamento da população nortista, mas em um grau menor que a média nacional (já que são piores remunerados), enquanto os estados do Sul também são muito superiores neste critério. Além disso, no Norte vivem mais pessoas, e no Sul menos, em situação de extrema pobreza, corroborando o fato. Finalmente, é importante notar que está existindo um movimento de convergência entre as macrorregiões no período analisado, pois a região Norte registrou um maior aumento na renda domiciliar *per capita* e no rendimento médio do trabalho e uma maior diminuição no número de pessoas vivendo na condição de extrema pobreza.

3. MATERIAL E MÉTODO

3. 1. Base de Dados

A presente pesquisa tem por base as informações coletadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), nas décadas de 1990 e 2000, cujo tratamento foi dado por Ferreira e Souza (2011) para a Região Sul e o Paraná, além de ampliar o período de análise, entre 1981 e 2009, para o Brasil e a macrorregião norte.

A PNAD tem periodicidade anual desde 1971, sendo interrompida por ocasião dos Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000). Tem por finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país, e investiga, anualmente, as características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento, habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o país, como as características sobre

migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas.

3. 2. Procedimentos de Pesquisa

Para o tratamento e a análise dos dados, a decomposição do rendimento domiciliar *per capita* foi realizada, inicialmente, em seis componentes: trabalho principal; outros trabalhos; aposentadorias e pensões; doações; aluguéis; e outras rendas. Em seguida, separou-se apenas os indicadores do trabalho principal, aposentadorias e pensões e outras rendas.

Consideram-se rendimentos de trabalho os decorrentes dos pagamentos brutos mensais aos empregados, empregadores e conta própria, sejam advindos do trabalho principal ou dos demais trabalhos. O trabalho principal é o trabalho único que a pessoa de 10 anos ou mais de idade teve no período da pesquisa (semana de referência da PNAD), impondo-se outros critérios para casos especiais.

Os rendimentos de aposentadorias e pensões são aqueles pagos pelo governo federal ou por instituto de previdência federal, estadual ou municipal, entidades seguradoras ou fundos de pensão; e as outras rendas são oriundas das transferências de renda decorrentes de programa oficial de auxílio educacional (como o bolsa-escola) ou social (renda mínima, bolsa família, benefício assistencial de prestação continuada - BPC-LOAS, programa de erradicação do trabalho infantil - PETI e outros), e também da renda de capital, que são decorrentes de aplicações financeiras em ativos financeiros de renda fixa, caderneta de poupança, e outros.

Na decomposição do índice de Gini a literatura de Pyatt, Chen e Fei (1980) mostra como o índice de Gini pode ser decomposto quando se considera a divisão do rendimento analisado em vários componentes.

Seja z_i o rendimento da i -ésima pessoa. Neste artigo considera-se o rendimento domiciliar *per capita*, considerando que ele é o resultado da soma de k parcelas:

$$z_i = \sum_{h=1}^k z_{hi} \quad (1)$$

Vamos admitir que os rendimentos z_i estão ordenados de maneira que $z_1 \leq z_2 \leq \dots \leq z_n$, sendo n o tamanho da população. Então i é a posição de ordem do rendimento z_i .

Pode-se verificar que o índice de Gini (G) da distribuição de z_i é

$$G = \frac{2}{n\mu} \text{cov}(z_i, i) \quad (2)$$

onde μ é a média dos z_i .

Pyatt, Chen e Fei (1980) definem a razão de concentração do componente z_{hi} como

$$C_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i) \quad (3)$$

onde μ_h é a média dos z_{hi} .

A participação do h -ésimo componente no rendimento total é

$$\phi_h = \frac{\mu_h}{\mu} \quad (4)$$

Pode-se deduzir que

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h C_h \quad (5)$$

Vamos indicar por i_h os números de ordem associados aos valores de z_{hi} se eles fossem colocados em ordem crescente. Os i_h , da mesma maneira que i , variam de 1 a n . Note-se, entretanto, que para determinando z_{hi} , o respectivo valor de i (o número de ordem do correspondente z_i) não vai, em geral, coincidir com i_h (a posição desse z_{hi} na ordenação dos valores desse componente). Analogamente a (2), o índice de Gini de z_{hi} é

$$G_h = \frac{2}{n\mu_h} \text{cov}(z_{hi}, i_h) \quad (6)$$

De (3) e (6) obtém-se

$$R_h = \frac{C_h}{G_h} = \frac{\text{cov}(z_{hi}, i)}{\text{cov}(z_{hi}, i_h)} \quad (7)$$

Pyatt, Chen e Fei denominaram R_h de “razão de correlação de ordem”, ressaltando que não é um coeficiente de correlação de ordem. Eles mostram que

$$R_h \leq 1$$

De (5) e (7) segue-se que

$$G = \sum_{h=1}^k \phi_h R_h G_h \quad (8)$$

Essa expressão mostra como o índice de Gini de z_i está associado com os índices de Gini de cada componente.

Note-se, na expressão (5), que se todas as razões de concentração C_h tivessem o mesmo valor, esse seria, também, o valor de G . Dessa forma, pode-se considerar que um componente z_{hi} contribui para aumentar a desigualdade (medida pelo índice de Gini) quando $C_h > G$.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

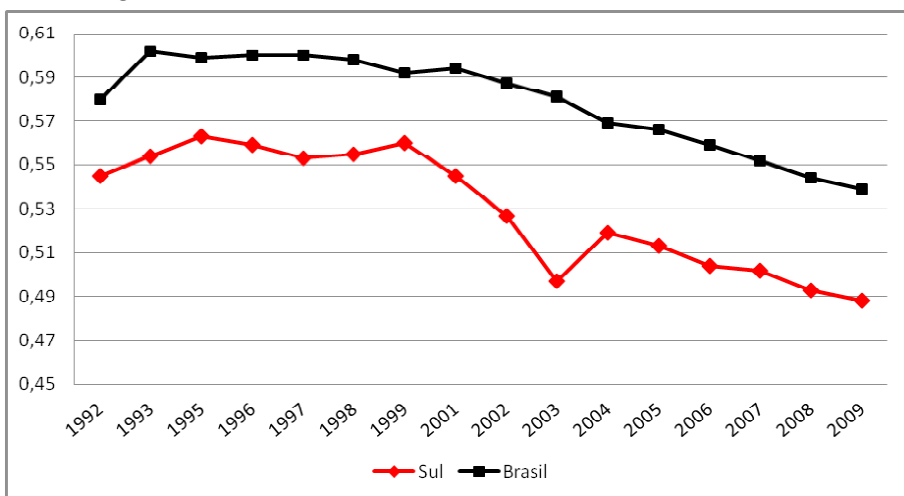
4. 1. A Participação das Fontes de Renda nos Domicílios da Região Sul do Brasil

O Índice de Gini do Brasil e da Macrorregião Sul é apresentado no gráfico 2, entre os anos de 1992 a 2009. Pode-se verificar que houve um período de estagnação na desigualdade de renda nos anos 90, enquanto que nos anos 2000 houve um movimento de queda da concentração de renda no país e na região analisada.

A queda da desigualdade na década de 2000 pode ser explicada pela melhora do mercado de trabalho, principalmente pela elevação do valor do salário mínimo e pelo aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Para Barros *et al.* (2006), a variação na distribuição da renda do trabalho foi responsável por 47% da redução na concentração de renda no

período de 2001 a 2004, já para Hoffmann (2006), 65,5% da queda entre 1998 e 2004 foi devido ao rendimento de todos os trabalhos.

Gráfico 2 - Evolução histórica do Índice de Gini para o Brasil e para a Macrorregião Sul, de 1992 a 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

Além disso, os programas de transferência de renda, principalmente a criação do Programa Bolsa-Família, e a ampliação das outras políticas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada e a Previdência Social, tiveram uma participação importante nessa diminuição da concentração de renda.

No gráfico 3 é exibida a participação percentual das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* para o Brasil e para a Região Sul do país, no período entre 1981 e 2009. O rendimento domiciliar *per capita* foi separado em três componentes: Trabalho Principal; Aposentadorias e Pensões; e Outras Rendas, composta pelos programas sociais de transferência de renda (como o Bolsa Família) e pela renda do capital.

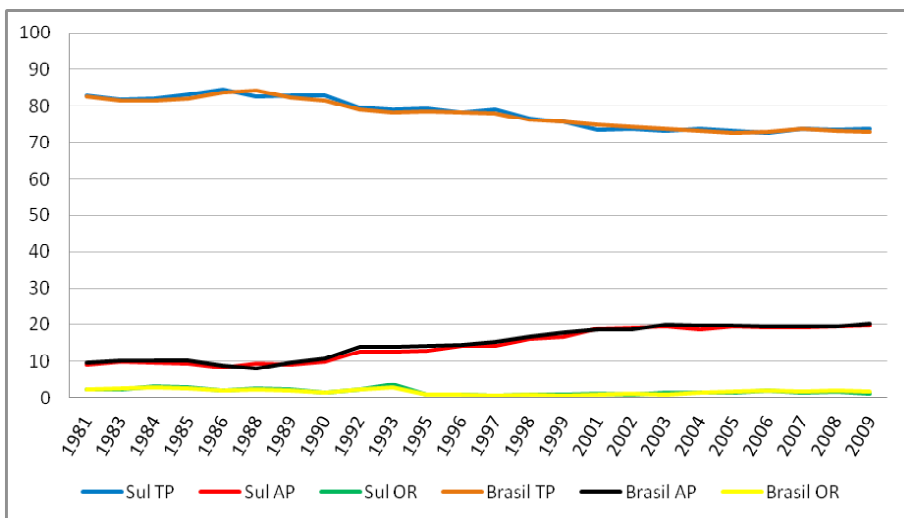
É possível notar dois importantes movimentos neste gráfico. O primeiro é referente ao trabalho principal, que a partir dos anos 90, tanto para o Brasil quanto para o Sul, a participação dessa fonte teve uma queda

significativa, sendo que a maior foi encontrada na macrorregião analisada, na ordem de 9,12 pontos percentuais (p.p.). O Brasil registrou uma redução de 8,71 p.p.. O segundo movimento é o aumento expressivo do componente Aposentadorias e Pensões na composição do rendimento domiciliar *per capita* registrado a partir dos anos 90, no Brasil e na região Sul. A macrorregião obteve uma maior elevação que o país, na ordem de 9,71 p.p., enquanto o Brasil registrou uma expansão de 9,44 p.p..

Conforme Favoni e Souza (2004), este fato pode ser explicado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que deu origem ao conceito de Seguridade Social, na qual a previdência tornou-se direito social. Além disso, a partir de 1992, regulamentaram o valor do salário mínimo como piso para pagamento de benefícios e o mesmo se encontra em um movimento ascendente. O envelhecimento demográfico também explica este aumento.

O terceiro componente, outras rendas, ficou praticamente estagnado durante as décadas de 1990 e 2000, apesar de ter sido criado o Programa Bolsa Família no ano de 2003. O que concorda com Soares *et al.* (2010) e Barros *et al.* (2007), os quais mostram que o Bolsa Família corresponde a uma pequena fração da renda, mas é de extrema importância na queda recente da desigualdade. E o programa permanecerá fundamental para manter a diminuição da concentração de renda no futuro.

Gráfico 3 - Decomposição do valor médio das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* em Trabalho Principal (TP), Aposentadorias e Pensões (AP), e outras rendas (OR), em participação percentual (%). Brasil e Sul, de 1981-2009



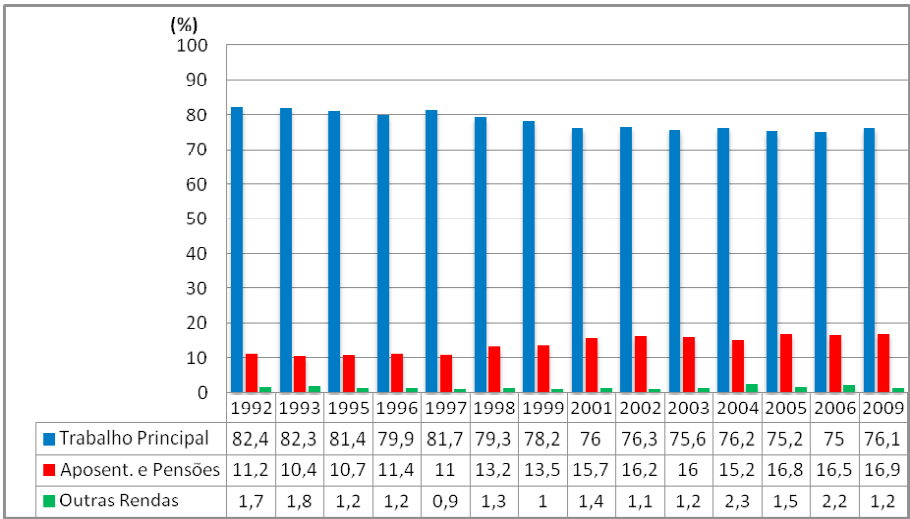
Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

O Estado do Paraná é ilustrativo. O gráfico 4 expõe a participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar *per capita* para o Estado do Paraná, no período entre 1992 e 2009. Foram analisadas neste trabalho apenas as parcelas: Trabalho Principal, Aposentadorias e Pensões e Outras Rendas, excluindo as parcelas Outros Trabalhos, Aluguéis e Doações. Por motivo de comparação com a macrorregião Sul e o país.

Tendo isso em vista, é possível observar que o Paraná segue a tendência das regiões analisadas, isto é, elevação da parcela de Aposentadorias e Pensões (o estado registrou um menor crescimento, de 5,7%, enquanto na região Sul foi de 7,21%) e queda da participação do Trabalho Principal (destacando o maior declínio no Paraná, de 6,3%). Este fato ocorreu mesmo com o estado registrando um melhor desempenho no mercado de trabalho, entre 2001 e 2009, pois a taxa de desemprego caiu 1,5%. Porém, o trabalho principal continua sendo mais importante para a renda dos domicílios paranaenses, em comparação com as residências da

Região Sul e do Brasil (representa 76,1% no Paraná, 73,75% na macrorregião e 72,99% no país).

Gráfico 4 - Participação percentual dos componentes do rendimento domiciliar *per capita*. Paraná, de 1992 a 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011b).

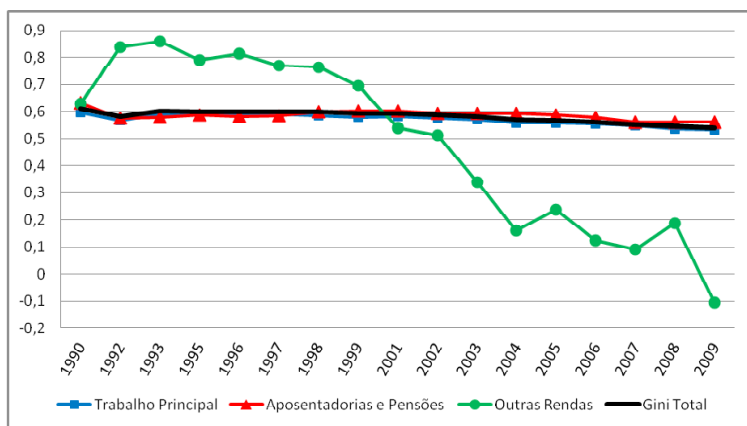
4. 2. A Razão de Concentração das Fontes de Renda na Região Sul

Os próximos dois gráficos exibem a Razão de Concentração das parcelas Trabalho Principal, Aposentadorias e Pensões, e Outras Rendas, para o Brasil e a Região Sul no período entre 1990 e 2009. A interpretação dos resultados é a seguinte: os valores que são maiores que o índice de Gini Total do Brasil contribuem para o aumento da concentração da renda brasileira, já os valores que são menores que o Gini Total do Brasil colaboram para uma melhor distribuição de renda.

Na década de 1990, no Brasil e na macrorregião Sul, o único componente que colaborou para o aumento da concentração de renda foi Outras Rendas (vale ressaltar que nessa época o Programa Bolsa Família

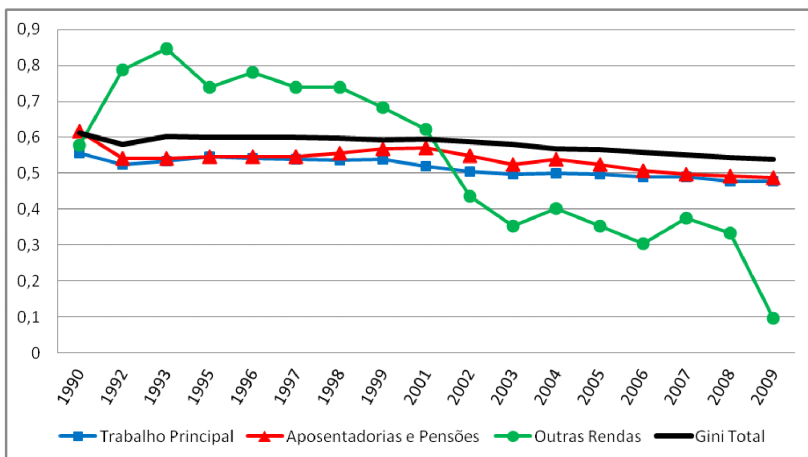
ainda não estava em vigor), enquanto os componentes Trabalho Principal e Aposentadorias e Pensões contribuíram para uma melhor distribuição de renda.

Gráfico 5 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Brasil, de 1990 a 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

Gráfico 6 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Região Sul, de 1990 a 2001



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

Na década de 2000 é possível observar um cenário novo no país e na região estudada, na qual a Razão de Concentração da parcela Outras Rendas declinou e passou a colaborar para uma distribuição mais igual, devido, principalmente, ao surgimento do Programa Bolsa-Família. A Razão de Concentração da parcela Aposentadorias e Pensões ampliou e passou a contribuir para o aumento da concentração de renda no Brasil. Segundo Giambiagi e Esterminio (2006), o valor das receitas com contribuições do sistema previdenciário brasileiro é menor que os benefícios concedidos, e se o problema não for amenizado, o progressivo envelhecimento da população nas próximas décadas pode criar um risco potencial de instabilidade macroeconômica.

O estudo de Barros e Mendonça (2006b) obteve o mesmo resultado encontrado neste trabalho para a renda do trabalho e mostra que apesar de a renda do trabalho ter declinado entre 2001 e 2004, a desigualdade em sua distribuição caiu 10% no Brasil.

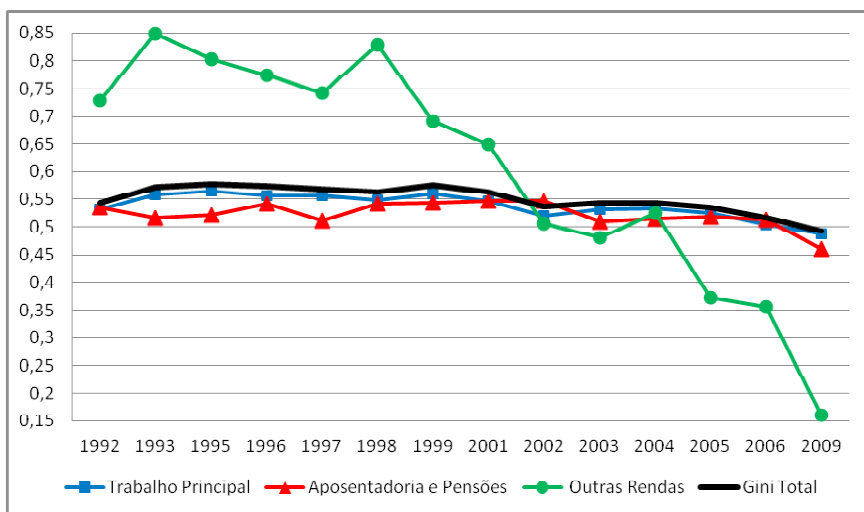
Outro resultado semelhante a esta pesquisa foi o encontrado por Soares *et al.* (2010) em relação às outras rendas no Brasil; mesmo o programa Bolsa-Família representando apenas 0,7% da renda total das famílias, foi responsável por 15% da queda na desigualdade, no período de 1999 a 2009.

Entretanto, Barros, Carvalho e Franco (2007a) obtiveram um resultado diferente para as rendas das aposentadorias e pensões, cujos resultados indicam a ampliação da sua participação na renda das famílias e contribuição para uma melhor distribuição de renda no Brasil, entre 2001 e 2005. Esta pesquisa evidenciou o crescimento expressivo da participação das aposentadorias e pensões na renda familiar *per capita*, mas começou a colaborar para um aumento na concentração de renda no Brasil, na década de 2000.

A exceção foi a região sul, em que as rendas das Aposentadorias e Pensões continuaram a melhorar a distribuição de renda em todo o período analisado, demonstrando a importância dessa fonte de renda na redução das desigualdades sociais e agindo como instrumento para a melhoria de vida da população beneficiária, especialmente aos trabalhadores rurais (FAVONI e SOUZA, 2004).

O gráfico 7 apresenta a Razão de Concentração das parcelas Trabalho Principal, Aposentadorias e Pensões e Outras Rendas que compõem o rendimento domiciliar *per capita* para o Paraná, do período entre 1992 e 2009. O estado exibe um cenário muito parecido com a macrorregião Sul, na qual o único componente que contribuiu para a concentração de renda na década de 90 foi Outras Rendas, diferentemente dos outros componentes: Trabalho Principal e Aposentadorias e Pensões que colaboraram para uma melhor distribuição de renda; e a única mudança nos anos 2000 foi o grande declínio da Razão de Concentração do componente Outras Rendas que, conseqüentemente, passou a cooperar por uma melhor distribuição de renda. Assim, na década de 2000, os três componentes estudados contribuíram para a melhora da desigualdade.

Gráfico 7 - Razão de Concentração da decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Paraná, de 1992 a 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011b).

5. UM ENSAIO SOBRE A DESIGUALDADE ENTRE O NORTE E O SUL DO PAÍS

5.1. Dados Comparados

Para efeito de comparação, a tabela 6 apresenta os principais indicadores sociais e de produção para o Brasil e as Macrorregiões Norte e Sul no ano de 2009. Como era de se esperar, na comparação entre as grandes regiões, o Sul possui uma ampla superioridade sobre o Norte em todos os aspectos (produção, trabalho e desigualdade). A maior discrepância ficou por conta da renda domiciliar *per capita*, na qual os sulistas possuem um índice 77,3% superior aos nortistas. Somando-se a isso, o coeficiente de Gini foi 6,6% mais elevado no Norte que no Sul e a quantidade de pessoas vivendo na situação de extrema pobreza foi maior no Norte, na ordem de 4,5 p.p..

Apesar de a macrorregião Norte ser mais atrasada que a região Sul, essa distância está diminuindo, pois houve um movimento de convergência entre as macrorregiões no período analisado. De acordo com Silva e Monte (2011), a partir dos anos 1970 iniciou-se o processo de desconcentração industrial e mudança espacial na dinâmica do emprego (já que no início dessa década São Paulo e Rio de Janeiro eram responsáveis por 56% da produção nacional), possibilitando a existência de um movimento de convergência entre os estados. Além desse fato, a Constituição Federal de 1988, que desencadeou a chamada “Guerra Fiscal”, aumentou as margens de gestão tributária dos estados, tornando as unidades da federação menos desenvolvidas mais atrativas para o estabelecimento ou transferência das empresas (CUNHA e VASCONCELOS, 2011).

Tabela 6 - Indicadores de produção, pobreza, desigualdade, trabalho e renda para o Brasil, o Norte e o Sul – 2009

Indicadores	Norte	Sul	Brasil
PIB (R\$ milhões)	163 208	535 662	3 239 404
PIB (%)	5,0	16,5	100,0
PIB <i>per capita</i> (R\$)	10 625,79	19 324,64	16 917,66
Rendimento médio do trabalho (R\$)	931,04	1 261,30	1 116,40
Taxa de desemprego (%)	8,5	5,8	8,2
Renda domiciliar <i>per capita</i> (R\$)	439,30	778,66	631,71
Coeficiente de Gini	0,5226	0,4879	0,5401
Extrema pobreza (%)	6,55	2,05	5,16

5.1.1. As diferenças regionais na composição e na concentração de renda

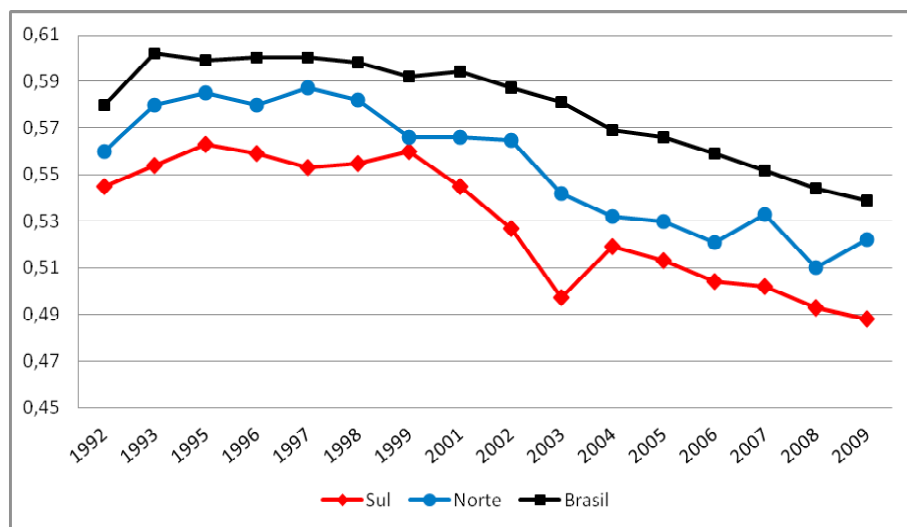
O gráfico 8 apresenta o índice de Gini do Brasil e suas macrorregiões Sul e Norte, no período de 1992 a 2009. Pode-se observar que na região Norte, também houve, após um período de estagnação nos anos 90, um movimento de redução significativa da desigualdade de renda na década de 2000. Uma queda de 6,8% no Norte do país, menos intensa em comparação com o país e a macrorregião Sul (7,1% e 10,5%, respectivamente).

Portanto, a melhora do mercado de trabalho (com o aumento do rendimento médio do trabalho e da renda domiciliar *per capita*) e as políticas sociais de transferência de renda (ampliação da cobertura do programa Bolsa Família e da Previdência Social), ambas a partir dos anos 1990, também contribuíram para que a Região Norte diminuísse o grau da concentração de renda. Outro fator que colaborou para a queda da desigualdade foi o movimento de convergência entre as regiões, ou seja, o Norte (mais atrasado) está crescendo em um maior ritmo que o Sul e a média nacional (ambas mais desenvolvidas).

O gráfico 9 proporciona a participação percentual das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* para as macrorregiões Norte e Sul do país, no período entre 1981 e 2009. Pode-se verificar que a região Norte segue

a tendência do Sul, de queda da participação percentual da parcela Trabalho Principal e de aumento do componente Aposentadorias e Pensões. Entretanto, para a região nortista, o trabalho principal representa uma maior fatia da renda domiciliar (78,23%) em comparação com a outra região estudada (73,75% no Sul), no ano de 2009. Além disso, a queda deste componente foi menos intensa no Norte do país (declínio de 8,8 p.p.) comparada com a macrorregião Sul (9,28 p.p.) e o Brasil (9,71 p.p.). O fator que pode explicar esse contraste seria a Zona Franca de Manaus, já que o setor Industrial nortista representava apenas 5,3% da produção nacional, em 2009, e obteve uma ligeira queda de 0,1 p.p. na participação desse setor no PIB nacional.

Gráfico 8 - Evolução histórica do Índice de Gini para o Brasil e as Macrorregiões Norte e Sul, de 1992 a 2009



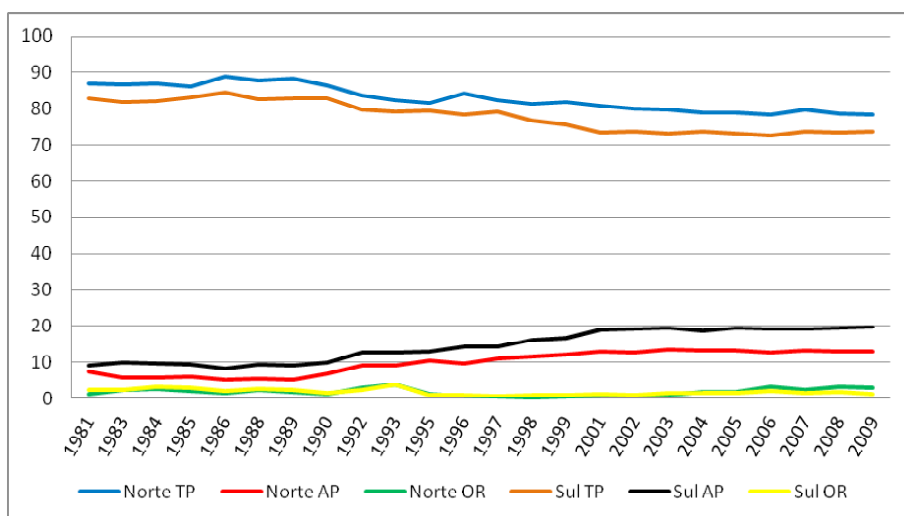
Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

Já a parcela de aposentadorias e pensões possui uma menor importância na renda da população nortista (12,92%) do que na sulista (19,77%), não apenas no ano de 2009, como em toda a série. Através dos dados, pode-se notar que a distância do valor da parcela aumentou entre

as regiões, já que no Norte ampliou apenas 5,88 p.p. no período analisado, enquanto no Sul cresceu 10,66 p.p. (no Brasil, elevou-se em 10,59 p.p.).

A parcela Outras Rendas obteve um pequeno aumento de 1,6 p.p. no Norte do país, diferente das outras regiões estudadas, na qual a parcela ficou praticamente estagnada (variação de -0,29 p.p. no Sul e de 0,07 p.p. no Brasil). O que pode demonstrar a boa focalização do Programa Bolsa Família, beneficiando as pessoas mais necessitadas.

Gráfico 9 - Decomposição do valor médio das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* em Trabalho Principal (TP), Aposentadorias e Pensões (AP), e Outras Rendas (OR), em participação percentual (%). Norte e Sul, de 1981-2009



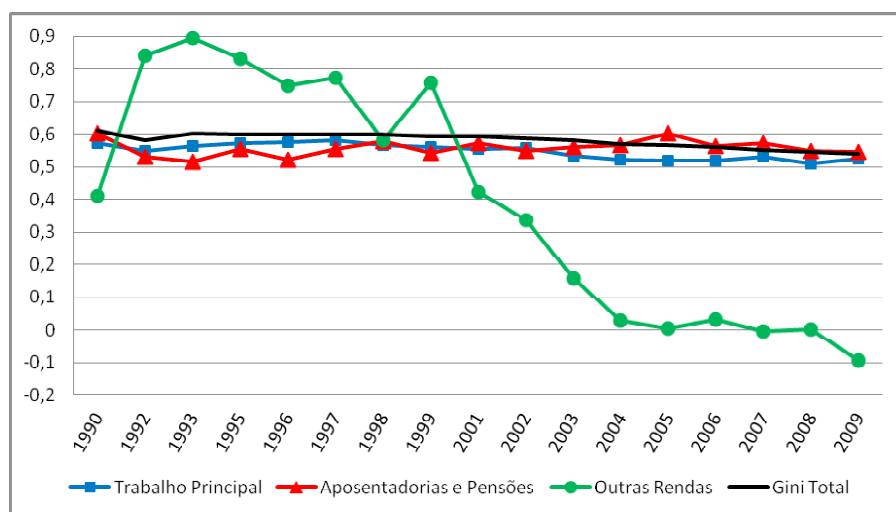
Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

O gráfico 10 exibe a Razão de Concentração das parcelas Trabalho Principal, Aposentadorias e Pensões, e Outras Rendas que compõem o rendimento domiciliar *per capita* da Região Norte, do período entre 1990 e 2009. Na década de 1990, assim como o Brasil e a macrorregião Sul, o único componente que colaborou para o aumento da concentração de renda foi Outras Rendas (excluindo os anos de 1990 e 1998). Os componentes Trabalho Principal e Aposentadorias e Pensões contribuíram

para uma melhor distribuição. Já no início da década de 2000, a Razão de Concentração da parcela Outras Rendas caiu e passou a colaborar para uma distribuição mais igual. A queda deste componente foi mais intensa no Norte do país, o que evidencia a maior importância dos programas sociais de transferência de renda para esta região, em comparação com o país em geral e a macrorregião Sul.

Assim como no Brasil e diferente da região Sul, a razão de concentração da parcela Aposentadorias e Pensões aumentou e passou a contribuir para a expansão da concentração de renda, mas somente a partir do ano de 2005. No Brasil, após 1998 as aposentadorias e pensões já estavam contribuindo para a piora da desigualdade. Durante esse período, o trabalho principal sempre colaborou para a melhora da distribuição de renda, tanto para o país como para as macrorregiões estudadas. Isso mostra que o mercado de trabalho está ajudando a diminuir o grau de concentração em todas as regiões analisadas, apesar do declínio da participação do trabalho principal na renda domiciliar *per capita* brasileira.

Gráfico 10 - Razão de Concentração na decomposição do Índice de Gini do rendimento domiciliar *per capita*. Região Norte, de 1990 a 2009



Fonte: Elaboração própria a partir de Ferreira e Souza (2011a).

6. CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar os efeitos das transferências sociais e do mercado de trabalho na distribuição de renda nas regiões sul e norte do Brasil, com base nos dados extraídos das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD) no período de 1990 a 2009.

Embora o Brasil apresente na primeira década de 2000 um novo padrão de crescimento, na qual se observa a constante queda da desigualdade, o tema persiste em manter o interesse dos pesquisadores por esse assunto.

As semelhanças e diferenças regionais são destacadas: em primeiro lugar, a macrorregião Sul possui uma menor concentração de renda que o Paraná. Por sua vez, o Paraná é menos desigual que o Brasil, mas é o mais desigual em sua região.

Em segundo lugar, a análise da participação de cada fonte de renda nos domicílios brasileiros, sulistas e paranaenses, constatou um padrão entre essas regiões: a parcela do trabalho principal declinou, o componente das aposentadorias e pensões cresceu e as outras rendas ficaram praticamente estáveis. O processo de abertura econômica que expandiu a taxa de desemprego e aumentou os empregos informais e de conta própria, e a elevação da abrangência da seguridade social foram os principais responsáveis pela queda do trabalho principal. O segundo movimento observado pode ser explicado pela Constituição Federal de 1988 e pelo aumento do valor do salário mínimo em 1992. Finalmente, a parcela outras rendas, que incluem os programas de transferência de renda não se alterou, afirmando o fato de que o Programa Bolsa-Família representa uma pequena fração da renda.

Em terceiro lugar, o exame da razão de concentração das fontes de renda que compõem a renda domiciliar *per capita* nas três regiões mencionadas leva a algumas considerações. Apenas o Sul e o Paraná apresentaram o mesmo padrão: o trabalho principal e as aposentadorias e pensões contribuíram para a diminuição da desigualdade, mas a parcela das outras rendas só passou a colaborar para a queda da concentração a partir da década de 2000. Isso pode ser explicado pelas políticas sociais e

pelas políticas de mercado de trabalho. Entretanto, no Brasil a diferença ficou por conta das aposentadorias e pensões que passaram a contribuir para a concentração de renda a partir de 1998.

Finalmente, a comparação entre a macrorregião Norte e o Sul revelou que o Sul possui uma ampla superioridade sobre o Norte em todos os aspectos (produção; trabalho e renda; desigualdade e pobreza). Também concluiu que a participação do trabalho principal é maior no Norte que no Sul, enquanto as aposentadorias e pensões são maiores no Sul. Em relação à razão de concentração, há semelhanças entre estas regiões que são: o trabalho principal não colaborou para o aumento da concentração de renda e as outras rendas passaram a desconcentrar a renda a partir dos anos 2000. Porém, no Norte do país as aposentadorias e pensões passaram a contribuir para a concentração a partir de 2005.

Considerando os fatos expostos, pode-se compreender a importância dos programas sociais e do mercado de trabalho no estudo da concentração de renda no Brasil na década de 2000. Entretanto, o país ainda não atingiu um nível aceitável no grau de desigualdade em relação aos países com o mesmo nível de desenvolvimento e ao resto do mundo. Além disso, as aposentadorias e pensões estão cumprindo seu papel de ajudar na queda da desigualdade de renda na região Sul e no Paraná, mas o mesmo não está ocorrendo no Brasil em geral e no Norte do país, pois a parcela em questão perdeu sua função e passou a concentrar a renda.

Do ponto de vista da continuidade deste estudo, alguns aspectos já estão sendo investigados, mas em virtude do espaço e propósitos deste artigo não foram contemplados: a desagregação dos dados referentes aos dois regimes previdenciários (RGPS e RPPS), como já o fez Bessa e Ferreira (2012), e a decomposição dos rendimentos do trabalho, temas presentes na agenda de pesquisa dos autores.

7. REFERÊNCIAS

- HOFFMANN, R. **Estatística para economistas**. São Paulo: Pioneira, 1980.
- AZZONI, C. R. Concentração Regional e Dispersão das Rendas *Per Capita* Estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995. **Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 27, n. 3, p. 341-393, 1997.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. O papel das transferências públicas na queda recente da desigualdade de renda brasileira. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2007a. p. 41-86. v. 2.

BARROS, R. P. *et al.* A queda recente da desigualdade de renda no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.) **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: IPEA, 2006a. p. 107-127. v. 1.

BARROS, R. P. *et al.* **Bem-estar, pobreza e desigualdade de renda: Uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 454).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Geração e reprodução da desigualdade no Brasil. In: **Perspectivas da economia brasileira 1994**. Rio de Janeiro: IPEA, v. 2, 1993.

_____. **Consequências e causas imediatas da queda recente da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006b. (Texto para Discussão, n. 1201).

_____. **Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007b. (Texto para Discussão, n. 1253).

_____. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 117-147, 2006c.

BESSA, D. C.; FERREIRA, C. R. Análise da Parcela de Rendimento Domiciliar “Aposentadorias e Pensões” para a Região Sul e seus estados entre os anos de 2005 a 2009. In: **ECOPAR - Encontro de Economia Paranaense**, Londrina, 2012.

CACCIAMALI, M. C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 9, n. 1(14), p. 153-174, 2000.

CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Diferenciais de salários intersetoriais no mercado de trabalho paranaense. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 37, n. 7, p. 31-52, 2011.

FAVONI, C.; SOUZA, S. C. I. A Previdência Social Brasileira como Política Pública de Renda nos Municípios do Paraná. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 25, p. 111-124, 2004.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S.C.I. O comportamento da desigualdade da renda no Paraná de 2001 a 2005: uma análise do rendimento domiciliar *per capita*. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 112, p. 31-45, 2007.

_____. Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar *per capita* na distribuição de renda das macrorregiões brasileiras: 1981-2009. In: **IX Encontro da ABER**, 2011a, Natal.

_____. **Dados da pesquisa sobre desigualdade de renda.** Londrina: UEL, 2011b.

FOX, M. L. Distribuição de Renda no Brasil: dados mais exatos e novas descobertas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 29-39, 1984.

GIAMBIAGI, F.; ESTERMÍNIO, I. Reforma Previdenciária no Brasil: elevado investimento de capital político, escassos resultados e desafios não resolvidos. **Revista de Economia**, v. 32, n. 1, p. 135-156, 2006.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

HOLANDA, M. C.; GOSSON, A. M. P. M.; NOGUEIRA, C. A. G. O Índice de Gini como medida de concentração de renda. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), nota técnica n. 14, 2006.

LIMA, J. F.; RIPPEL, R.; STAMM, C. Notas sobre a formação industrial do Paraná - 1920 a 2000. **Publicatio UEPG - Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 53-61, 2007.

MARQUES, A. M. Crescimento Econômico e Grau de Desigualdade no Rio Grande do Sul: uma lição a partir dos anos noventa. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, n. 30, p. 6-29, 2009.

MARQUES, R. M.; MENDES, A. Sobre a Política de Combate à Pobreza no Governo Lula. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 34, n. 3, p. 91-112, 2008.

NERI, M. C. **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**: Rio de Janeiro, FGV, 2010.

_____. **Desigualdade de Renda na Década**: Rio de Janeiro: FGV, 2011.

_____. **Os Emergentes dos Emergentes**: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. Rio de Janeiro, FGV, 2011b.

PYATT, G.; CHEN, C.; FEI, J. The distribution of income by factor components. **The Quarterly Journal of Economics**, v.95, n.3, p.451-473, Nov. 1980.

SHIKIDA, P. F. A. Desigualdades Socioeconômicas no Paraná: um estudo de caso mediante análise de componentes principais. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, ano 15, n. 32, p. 55-86, 2009.

SILVA, J. A. R.; MONTE, P. A. Dinâmica regional e setorial do emprego no Brasil: 1997 a 2007. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 37, n. 2, p. 78-105, 2011.

SOARES, S. Análise de bem-estar e decomposição por fatores na queda da desigualdade entre 1995 e 2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 83-115, 2006a.

_____. **Distribuição de renda no Brasil de 1976 a 2004 com ênfase no período entre 2001 e 2004.** Brasília: IPEA, 2006b. (Texto para Discussão, n. 1166).

SOARES, F. V. *et al.* **Programas de Transferência de Renda no Brasil:** impactos sobre a desigualdade. Brasília: IPEA, 2006. (Texto para Discussão, n. 1228).

SOARES, S. *et al.* Os Impactos do Benefício do Programa Bolsa Família sobre a Desigualdade e a Pobreza. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (org.). **Bolsa Família 2003-2010:** Avanços e desafios. Brasília: IPEA, 2010. 336p. v. 2.

_____. **Programas de transferência condicionada de renda no Brasil, Chile e México:** impactos sobre a desigualdade. Brasília: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1293).

SOARES, S.; RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Focalização e cobertura do Programa Bolsa Família:** qual o significado dos 11 milhões? Rio de Janeiro: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1396).

TAVARES, J. M.; PORTO JUNIOR, S.S. “Corredores da Pobreza” e “Ilhas de Prosperidade”: uma análise espacial e multidimensional dos níveis de desenvolvimento na região sul do Brasil. **Análise**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 51-62, 2010.

_____. Análise das desigualdades inter e intraestaduais na região Sul do Brasil por meio da análise de componentes principais. **Perspectiva Econômica**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 1-14, 2011.

TREVISAN, E. S.; LIMA, J. F. Crescimento e Desigualdade Regional no Paraná: um estudo das disparidades de pib *per capita*. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 9, n. 16, 2010.

WAJNMAN, S.; TURRA, C. M.; AGOSTINHO, C. S. Estrutura domiciliar e distribuição da renda familiar no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil:** uma análise da queda recente. Brasília: IPEA, 2006. cap. 14, v. 1.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Contas Regionais do Brasil 2005-2009 – **Contas Nacionais**, n. 35. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Censo demográfico – 2000:** Trabalho e Rendimento. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. **Estatísticas do século XX:** Estatísticas econômicas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2012.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Natureza e dinâmica das mudanças recentes na renda e na estrutura ocupacional brasileiras. **Comunicados do IPEA**. Rio de Janeiro, 2011. n. 104.

_____. Situação Social nos Estados: Pará. **Relatórios do IPEA**. Brasília, 2012.

- 238 Distribuição de renda, trabalho e transferências de renda nas regiões sul e norte do Brasil
_____. Situação Social nos Estados: Paraná. **Relatórios do IPEA**. Brasília, 2012.
_____. **Ipeadata**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 24 set. 2012.
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Bolsa Família**. Disponível em: <[http://www.mds.gov.br/bolsa família](http://www.mds.gov.br/bolsa_familia)>. Acesso em: 18 jun. 2012.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Statistics**. Disponível em: <<http://www.oecd.org/statistics/>>. Acesso em: 24 set. 2012.

Recebido em 10/02/2013 - Aprovado em 15/06/2013